



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Palácio Humberto de Oliveira Serra - Plenário Arthur Mendes de Souza

Unidade Central de Controle Interno

RELGES RELATÓRIO DE GESTÃO

EXECÍCIO DE 2016

O presente Relatório, referente ao exercício financeiro de 2016, é parte da Prestação de Contas do Gestor da Câmara Municipal de Conceição da Barra Estado do Espírito Santo, nos termos previstos no artigo 137, inciso II, do RITCEES, aprovado pela Resolução TC N° 261/2013.

No exercício financeiro supracitado a Câmara Municipal de Conceição da Barra foi presidida pelo Vereador Sr. **Anderson Kleber da Silva** sendo o Vereador Sr. **Amauri Gomes Januário** o vice-presidente.

Na produção deste Relatório servimo-nos de informações que foram extraídas das Demonstrações Contábeis desta Câmara Municipal, bem como nos Relatórios exigidos pela LC 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (Relatório de Gestão Fiscal) referentes ao exercício financeiro de 2016.

Vejamos.

DESPESA FIXADA E REALIZADA

Inicialmente o valor da despesa fixada para o exercício financeiro de 2016 foi orçada em **R\$ 3.186.093,00 (três milhões, cento e oitenta e seis mil e noventa e três reais)** sendo efetivamente realizado o valor de **R\$ 3.035.493,62 (três milhões, trinta e cinco mil, quatrocentos e noventa e três reais e sessenta e dois centavos)** o que gerou uma redução das despesas na ordem de **R\$ 150.599,38 (cento e cinquenta mil, quinhentos e noventa e nove reais e trinta e oito centavos)** o equivalente a **4,7%** de economia.

DUODÉCIMO

O **duodécimo orçamentário** remete para a Lei Orçamentária Anual do Legislativo, sendo calculado em conformidade com o valor da Receita Corrente Líquida (RCL) anual do Município.

O Município é obrigado a repassar o duodécimo ao Poder Legislativo. Este repasse encontra abrigo no artigo 168 da Constituição Federal, que prescreve:

“Art. 168. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º.”

Desse modo, no exercício financeiro de 2016, a Prefeitura Municipal transferiu, na forma de duodécimo, para a Câmara Municipal de Conceição da Barra o valor de **R\$ 3.172.058,75 (três milhões, cento e setenta e dois mil, cinquenta e oito reais e setenta e cinco centavos)**.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Palácio Humberto de Oliveira Serra - Plenário Arthur Mendes de Souza

Unidade Central de Controle Interno

No exercício de 2015 o valor da referida transferência na forma de duodécimo foi na ordem de **R\$ 3.090.245,99** (*três milhões, noventa mil, duzentos e quarenta e cinco reais e noventa e nove centavos*). Numa análise simplória, vê-se que no exercício financeiro de 2016 o duodécimo repassado para a Câmara Municipal de Conceição da Barra teve um acréscimo na ordem de **R\$ 81.812,76** (*oitenta e um mil, oitocentos e doze reais e setenta e seis centavos*) se comparado ao exercício de 2015.

LIMITE DE GASTOS COM PESSOAL

Uma das principais novidades da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF foi a fixação de limites para os gastos com pessoal. Criou-se limites para o endividamento da União, Estados e Municípios.

No que se refere à Constituição Federal Brasileira bem como a supracitada LC nº 101/2000 quanto aos gastos com pessoal limitado em 70% (setenta por cento) do valor dos duodécimos recebidos no exercício, a Câmara Municipal de Conceição da Barra, durante o exercício financeiro de 2016 teve uma despesa com pessoal no valor de **R\$2.148.233,70** (*dois milhões, cento e quarenta e oito mil, duzentos e trinta e três reais e setenta centavos*). Nesse mesmo período recebeu transferências a título de duodécimo da Prefeitura Municipal no valor de **R\$ 3.172.058,75** (*três milhões, cento e setenta e dois mil, cinquenta e oito reais e setenta e cinco centavos*), apurando-se um percentual de **67,72%**, portanto, dentro do limite legalmente estabelecido de **70%**, demonstrados na tabela abaixo:

| | DESCRIÇÃO | VALORES EM REAL |
|----------|---|-----------------|
| A | Transferência de duodécimos em 2016 | 3.172.058,75 |
| | Limite de gastos legalmente estabelecidos (70%) | 2.220.441,12 |
| B | Gastos com Pessoal no exercício de 2016 | 2.148.233,70 |
| C | C = (B/Ax100) | 67,72% |

Fonte: Balancete Analítico da Despesa Orçamentária, e, Demonstrativo dos Fluxos de Caixa.

O artigo 20, inciso III, "a", da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF estabelece o limite de 6% da RCL (Receita Corrente Líquida) considerando como a Base de cálculo todas as receitas, inclusive as decorrentes de transferências voluntárias e as vinculadas às finalidades específicas (inciso I do § 1º do art.2º da Lei Federal nº 4.320/64), para os gastos com pessoal.

A Receita Corrente Líquida apurada no Exercício Financeiro de 2016 é de **R\$ 74.862.010,89** (*setenta e quatro milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, duzentos e dez reais e oitenta e nove centavos*). Aplicando-se **6%** sobre esse valor obtém-se o resultado de **R\$ 4.491.720,65** (*quatro milhões, quatrocentos e noventa e um mil, setecentos e vinte reais e sessenta e cinco centavos*).

Considerando que a despesa total com pessoal no exercício de 2016 apresenta o valor de **R\$ 2.515.455,63** (*dois milhões, quinhentos e quinze mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e três centavos*) o percentual é de **3,36%** sobre a Receita Corrente Líquida, portanto, ficando dentro do limite legal estabelecido de **6%**, demonstrado na tabela a seguir:



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Palácio Humberto de Oliveira Serra - Plenário Arthur Mendes de Souza

Unidade Central de Controle Interno

| | DESCRIÇÃO | VALORES EM REAL |
|----------|--|-----------------|
| A | RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO – 2016 | 74.862.010,89 |
| | LIMITE DE GASTOS LEGALMENTE ESTABELECIDOS (6%) | 4.491.720,65 |
| B | GASTOS TOTAIS COM PESSOAL NO EXERCÍCIO DE 2016 | 2.515.455,63 |
| C | C = (B/Ax100) | 3,36% |

Fonte: Balancete Financeiro.

DISPONIBILIDADE DE CAIXA

Constante no “Arquivo BALFIN” (Anexo 13 da Lei 4.320/1964) estão os valores referentes à disponibilidade financeira da Câmara Municipal de Conceição da Barra cuja soma é de **R\$ 668.733,16** (seiscentos e sessenta e oito mil, setecentos e trinta e três reais e dezesseis centavos) composto da seguinte maneira:

| DESCRIÇÃO | VALORES EM REAL |
|--|-------------------|
| Recursos ordinários do exercício de 2016 | 144.834,61 |
| Recursos ordinários de exercícios anteriores | 523.898,55 |
| TOTAL | 668.733,16 |

DÍVIDA FUNDADA

Analisando o arquivo **DEMDIF - Demonstrativo da Dívida Fundada** (Anexo 16 da Lei 4.320/1964) observa-se um valor de **R\$ 41.552,94** (quarenta e um mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e noventa e quatro centavos) provenientes de passivos derivados de apropriações por competência de 1/12 avos mensalmente de direitos trabalhistas no valor de **R\$ 37.911,63**, correspondente à provisão de férias e **R\$ 3.641,31** correspondente a Contribuição a RPPS.

CONCLUSÃO

De acordo com as exigências constantes no Art. 137, II, do RITCEES, aprovado pela Resolução TC nº 261/2013, encerramos o exercício financeiro de 2016, com visão de conformidade e desempenho dos atos de gestão.

Jorge Daniel de Assis
Controlador Geral

Anderson Kleber da Silva
Presidente da Câmara Municipal de Conceição da Barra – Exercício 2016